

	POLÍTICA	POL RIS 001	
	CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	REV.1.5	PG 1/14

Homologado por: Sandro Cristiano Borges Diretoria Geral	Data: 30/05/2018
Homologado por: Fernanda Guimarães Borges Área Jurídica	Data: 30/05/2018

ITENS ALTERADOS COM RELAÇÃO ÀS REVISÕES ANTERIORES

Data	Revisão	Teor da Revisão
C1	1	Emissão do documento
02/01/2015	1.2	Risco Sócioambiental – implantação a partir de janeiro de 2016
30/05/2016	1.3	Atualização anual
30/05/2017	1.4	Atualização anual, alteração do logo e prazo máximo inferior a 60 meses
30/05/2018	1.5	Atualização anual

1. Objetivo

Estabelecer as premissas básicas para implementação do sistema de controles internos e da estrutura de gerenciamento dos riscos de: (i) crédito; (ii) operacional; (iii) liquidez e (iv) mercado.

2. Aplicação

Diretoria Geral
Correspondente no País
Unidade de Crédito e Cobrança
Unidade de Suporte Comercial
Unidade de Processamento de Operações
Unidade de Conciliação e Controle

3. Unidade Responsável

Diretor Geral

4. Referências

4.1 Controles Internos

Resolução CMN 2554/98 emitida pelo Banco Central do Brasil

	POLÍTICA	POL RIS 001	
	CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	REV.1.5	PG 2/14

4.2 Gerenciamento de Riscos

Risco de Crédito: Resolução CMN 3.721/09 emitida pelo Banco Central do Brasil.

Risco Operacional: Resolução CMN 3.380/06 emitida pelo Banco Central do Brasil.

Risco de Liquidez: Resolução CMN 4.090/12 emitida pelo Banco Central do Brasil.

Risco de Mercado: Resolução CMN 3.380/06 emitida pelo Banco Central do Brasil.

Risco Sócioambiental: Resolução CMN 4.327/14 emitida pelo Banco Central do Brasil.

5. Definições

5.1 Controles Internos

Segundo o COSO – The Committee of Sponsoring Organizations (Comitê das Organizações Patrocinadas), entidade eleita como referência mundial para estudo e aplicação dos Controles Internos, estes são definidos da seguinte forma:

Controle Interno é um processo, desenvolvido para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos da empresa, nas seguintes categorias:

- ✓ **Eficiência e efetividade operacional:** estão relacionadas com os negócios da entidade, inclusive as metas de desempenho financeiro e operacional e salvaguarda de perdas de ativos;
- ✓ **Confiança nos registros financeiros, gerenciais e contábeis:** todas as transações devem ser registradas, todos os registros devem refletir transações reais, consignadas pelos valores e classificações corretas; e
- ✓ **Conformidade:** com leis e normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação.

Controle Interno é um processo constituído de 5 elementos inter-relacionados entre si:

- ✓ **Ambiente de controle:** é a consciência de controle da entidade, sua cultura de controle. A Diretoria Geral deve deixar claro para seus comandados quais são as políticas e procedimentos de cada unidade; inclusive o Código de Ética e o Código de Conduta a serem adotados. O ambiente de controle abrange os parâmetros que permitem à estrutura de governança cumprir com suas responsabilidades de supervisão de gestão na execução dos negócios.
- ✓ **Avaliação de riscos:** risco é a probabilidade de perda ou incerteza associada ao cumprimento de um objetivo. Para cada objetivo proposto deve ser feito um processo de identificação dos riscos.
- ✓ **Atividades de controle:** são ações estabelecidas por meio de políticas e procedimentos que ajudam a garantir o cumprimento das diretrizes determinadas pela Diretoria Geral para mitigar os riscos à realização dos objetivos. Podem ser de natureza preventiva ou detectiva e abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, conciliações e alçadas. A segregação de funções é muito importante na seleção e no desenvolvimento das atividades de controle.
- ✓ **Informação e comunicação:** a comunicação é o fluxo de informações dentro de uma organização, é o “combustível” que move as entidades, fluindo em todos os níveis hierárquicos. Ela é essencial para o bom funcionamento dos controles. Informações sobre planos, ambiente de controle, riscos, atividades de controle devem ser transmitidas à toda instituição.

	POLÍTICA	POL RIS 001	
	CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	REV.1.5	PG 3/14

- ✓ **Atividades de monitoramento:** é a avaliação dos controles internos ao longo do tempo, para verificar se são adequados e efetivos. Controles adequados são aqueles em que os cinco elementos do controle interno estão presentes e funcionando conforme planejado. O monitoramento poder ser feito tanto por meio do acompanhamento contínuo quanto por avaliações pontuais, tais como auto-avaliação, revisões eventuais e auditoria interna.

5.2 Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos da Valor Financiamentos é composta por um conjunto de políticas e procedimentos permeados pelo conceito de melhoria contínua, compatíveis com suas operações. Sua função é acompanhar/ mensurar a exposição aos riscos e permitir que estes sejam adequadamente identificados, analisados, controlados e reportados de maneira eficiente e eficaz.

5.2.1 Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao descumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras, nos termos pactuados; à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador; à redução de ganhos ou remunerações; às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

5.2.2 Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos; incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

5.2.3 Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pelas instituições financeiras. Inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, preços das ações e dos preços de mercadorias (commodities).

5.2.4 Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de ocorrência de incapacidade de atender às necessidades de caixa devido ao descasamento nos fluxos financeiros em decorrência da dificuldade de se desfazer de um ativo, ou, da perda de valor dos ativos, impedindo a liquidação de posições ou gerando responsabilidades em aberto.

5.2.5 Risco Sócioambiental

Risco socioambiental são potenciais danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente. Quando pensamos nos riscos socioambientais associados às instituições financeiras a maioria são indiretos e advém das relações de negócios, incluído aquelas com a cadeia de fornecimento e com os clientes por meio de atividades de financiamento de investimento.

	POLÍTICA	POL RIS 001	
	CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	REV.1.5	PG 4/14

6. Detalhamento

6.1 Controles Internos

O conjunto de medidas de Controles Internos adotada pela Valor Financiamentos, tem a finalidade de:

- ✓ Definir objetivos, procedimentos e atividade de controle para todos os níveis de negócio da instituição;
- ✓ Estabelecer a verificação periódica da adoção das ações definidas no item anterior;
- ✓ Assegurar que todos os funcionários da instituição tenham acesso: (i) a descrição de suas atividades; (ii) a definição de responsabilidades atribuídas aos diversos níveis da organização;
- ✓ Estabelecer a segregação de atividades de forma que seja evitado o conflito de interesses;
- ✓ Definir a contínua avaliação dos diversos riscos associados às atividades da instituição;
- ✓ Acompanhar, de forma sistemática, e avaliar se os objetivos da instituição estão sendo alcançados, se os limites estabelecidos e regulamentos aplicáveis estão sendo cumpridos, bem como assegurar que quaisquer desvios possam ser prontamente corrigidos; e
- ✓ Estabelecer a existência de testes periódicos de segurança para os sistemas de informações, em especial para os mantidos em meio eletrônico.

Os controles internos devem ser revisados, no mínimo anualmente, e atualizados de forma a que sejam a eles incorporadas medidas relacionadas a riscos novos.

6.2 Gerenciamento de Riscos

6.2.1 Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito e definição dos critérios adotados na política de crédito e cobrança são realizados pelo Diretor Geral. As análises baseiam-se nas informações da carteira de ativos e inadimplência fornecidos pelo sistema WebSCM.

O índice de inadimplência utilizado como base para taxa de crédito, que garante a rentabilidade da carteira é deve ser calculado utilizando a média das inadimplências dos últimos 6 meses das parcelas com 180 dias de atraso. A análise do perfil dos clientes, sazonalidade e produção demonstram que a inadimplência deste período é a que melhor expressa o impacto da inadimplência no risco de crédito.

Os critérios atuais garantem a rentabilidade esperada, a última alteração ocorreu em 2009, demonstrando a efetividade do modelo adotado.

Os princípios básicos que são observados pela Valor Financiamentos na gestão e controle de riscos de crédito estão em conformidade com a legislação pertinente e melhores práticas de mercado:

- ✓ Manuais e documentos contendo a estrutura organizacional, políticas, normas e procedimentos contendo fluxos e regras relacionados aos processos de crédito, negócio e suporte;
- ✓ Estrutura de alçadas de aprovação de crédito;
- ✓ Critérios e procedimentos de seleção de clientes e prevenção à “lavagem de dinheiro”;

	POLÍTICA	POL RIS 001	
	CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	REV.1.5	PG 5/14

- ✓ Normas de análise e concessão de crédito;
- ✓ Classificação da carteira em níveis de risco, ponderando o rating dos clientes, os prazos e atrasos das operações;
- ✓ Procedimentos formalizados contemplando o fluxo de recuperação de créditos;
- ✓ Comparação entre as estimativas de perdas e as efetivas em função do esgotamento das ações para recuperação de crédito;
- ✓ Estabelecimento de limites para a realização de operações sujeitas ao risco de crédito;
- ✓ Monitoramento da carteira ativa de crédito com sinais de alerta que possam influenciar a performance operacional ou financeira dos clientes, minimizando o risco de perdas;
- ✓ Emissão de relatórios gerenciais periódicos para a Diretoria Geral, com indicadores do desempenho do gerenciamento do risco em decorrência das políticas e estratégias adotadas; e
- ✓ Avaliação anual das políticas, normas e procedimentos sobre o gerenciamento de riscos de crédito.

6.2.2 Risco Operacional

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos, incluindo o risco legal.

Entre os eventos de risco operacional, destacam-se:

- ✓ Fraudes internas;
- ✓ Fraudes externas;
- ✓ Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- ✓ Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- ✓ Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Valor Financiamentos;
- ✓ Eventos que poderão acarretar a interrupção das atividades da Valor Financiamentos;
- ✓ Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- ✓ Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da Valor Financiamentos.

O sistema de Gerenciamento de Risco Operacional é um processo contínuo que ocorre a partir do mapeamento dos processos de negócios, administrativos e contábeis.

São elaboradas as Matrizes de Avaliação de Riscos e Controles com a finalidade de identificar os riscos inerentes às atividades e principalmente de avaliar se existem controles capazes de mitigar esses riscos.

Na etapa seguinte são avaliadas a criticidade do risco, considerando-se a severidade e a frequência de o risco materializar-se como perda, cujo impacto é medido em relação ao Patrimônio Líquido.

O Diretor Geral é o responsável, perante o Banco Central, por garantir a identificação, avaliação, mitigação e monitoramento do Risco Operacional.

Para ser efetivado, todo eventual erro operacional que envolva perda financeira e posterior pagamento a clientes ou terceiros deve ser aprovado pelo Diretor Geral, assim como toda documentação e explicações para as situações que levaram a tais perdas devem ser mantidas em arquivo.

Exemplos de identificação e ações da Valor Financiamentos para mitigação dos Riscos Operacionais:

	POLÍTICA	POL RIS 001	
	CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	REV.1.5	PG 6/14

Identificação do Risco	Ações para Mitigação
Fraudes Internas	
Correspondente bancário fraudada Proposta de Crédito	Toda documentação cadastral e de crédito é conferida duplamente pela Valor Financiamentos. O cliente é submetido à consultas de crédito junto ao SCPC e Banco Central, além do valor do crédito concedido ser calculado pela Valor Financiamentos.
Compras (indevidas ou superfaturadas)	Todas as compras são autorizadas pelo Diretor Geral.
Liberação indevida de recursos bancários	Todos os desembolsos/ pagamentos são aprovados pela Tesouraria ou Diretor Geral.
Fraudes Externas	
Concessão de crédito a cliente com documentação falsa	Consulta de dados junto ao SCPC, Banco Central e checagem de referências pessoais e bancárias.
Invasão de hacker no computador de comunicação dos bancos	A Valor Financiamentos possui sistemas de segurança (Firewall) que impedem essas ações.
Processos Trabalhistas	
Funcionário	São pagos todos os direitos trabalhistas dos funcionários. Procura-se ter um baixo turn over e manter ótimo nível de satisfação dos funcionários com a empresa.
Serviço Terceirizado	São contratadas empresas que prestam serviços para instituições do mesmo ramo de atividade que a Valor Financiamentos.
Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços	
Liberação de recursos fora da data contratada	As operações contém o endereço bancário, os quais são conferidos com as contas pré-cadastradas. Os processos de liberação/ desembolso de operações são duplamente conferidos.
Falhas em sistema de tecnologia de informação	
Perdas de dados que interrompam as operações	O fornecedor do sistema dispõe de ferramenta que permite a conexão imediata para reparação do banco de dados ou falha na programação.

	POLÍTICA	POL RIS 001	
	CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	REV.1.5	PG 7/14

Falhas na execução, cumprimento de prazo e gerenciamento das atividades da Valor Financiamentos	
Não envio de informações ao BACEN dentro do prazo.	Procura-se enviar ao Banco Central com antecedência mínima de 01 dia útil.
Não pagamento de contas impostos e outras obrigações no prazo.	Setor de contas a pagar mantém controle sistêmico e físico das obrigações devidas organizadas por data de pagamento.
Segurança Pública	
Assalto à Instituição	O edifício conta com serviço de portaria. O ingresso nas instalações da Valor Financiamentos é feito mediante pré-identificação por câmera de segurança. Toda área comum do edifício é gravada e possui sensores de presença.
Assalto a funcionário	São evitados pagamentos e recebimentos em espécie.
Risco Legal	
Falha nos contratos	Os contratos são elaborados pelo Departamento Jurídico observando todos os aspectos legais.
Contingências Cíveis e Trabalhistas	As ações são classificadas pela probabilidade de perda em questão, entre provável, possível ou remota e uma estimativa desse valor é contabilizada e atualizada mensalmente.
Ação indevida na cobrança	A empresa procura solução amigável para as pendências dos clientes e somente opta para cobrança judicial nos créditos acima de R\$ 3.000,00, desde que esgotadas todas as possibilidades de recebimento

No gerenciamento de risco operacional da Valor Financiamentos a partir de janeiro de 2015, serão implantados os processos de coleta de perdas por fraudes e perdas ocasionadas por ações trabalhistas. Como mitigação destas perdas será implantado um plano de prevenção à fraudes. Na classificação das perdas operacionais será utilizado o padrão de classificação de perdas constante na tabela de ocorrências que consta no anexo I desta política e segue o padrão definido pelo Comitê de Basiléia.

Após a realização dos testes dos controles existentes na Matriz de Riscos de Controles e da entrega do Relatório de Recomendações da Auditoria ou Inspeção do Órgão Regulador deverá ser realizado um Comitê de Auditoria e Compliance para que possamos identificar as possibilidades de melhoria nos processos, conforme definido no estatuto do comitê.

6.2.3 Risco de Mercado

O risco de mercado origina-se da variação no valor dos ativos e passivos causados por mudanças nos preços e taxas de mercado, estando incluso entre estes os juros, o preço de valores imobiliários, as cotações de moedas estrangeiras e os preços de *commodities*.

	POLÍTICA	POL RIS 001	
	CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	REV.1.5	PG 8/14

A responsabilidade pela gestão do risco de mercado é do Diretor Geral.

Estratégias de concessão de crédito da Valor Financiamentos que mitigam o Risco de Mercado:

- ✓ As operações são realizadas com taxas de juros pré-fixadas (sem exceção); e
- ✓ Prazo máximo inferior a 60 meses, salvo exceções pontuais aprovadas pelo Diretor Geral.

Não consta na Estratégia atual da Valor Financiamentos, a contratação de operações passivas, bem como exposição em moeda estrangeira.

6.2.4 - Risco de Liquidez

O risco de liquidez origina-se da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando – se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A Valor Financiamentos tem como característica a realização de operações de crédito apenas com recursos próprios, além de não possuir carteira para negociação (Trading).

O Diretor Geral realiza o acompanhamento diário do fluxo de caixa da organização, com prazo de 60 dias, a fim de identificar algum risco de descasamento (liquidez).

6.2.5 Risco Sócioambiental

Na condição de provedor serviços de financiamento a clientes em vários setores e localidades no Brasil, estamos conscientes de que nossas decisões de negócio têm o potencial de impactar comunidades no nosso entorno, colaboradores, fornecedores e clientes.

Sendo uma SCM, instituição que opera no microcrédito muitas vezes com cliente em situação precária de renda que transitam para uma condição autônoma e sustentável, a partir da melhora econômica da inclusão financeira pela concessão do crédito, será sempre fundamental equilibrar as questões dos riscos socioambientais.

A Valor Financiamentos desenvolveu esta política visando assegurar que os impactos socioambientais sejam identificados antecipadamente, avaliados cuidadosamente e gerenciados de maneira responsável.

A atenção às questões socioambientais nos auxilia a melhor gerenciar o risco, a atrair e reter talentos, a desenvolver conhecimento, e prover os clientes com sugestões que venham ao encontro das prementes questões de sustentabilidade em seus negócios.

Esta Política de Responsabilidade Socioambiental ("PRSA") está adequada ao tamanho, natureza e complexidade dos negócios da Valor Financiamentos SCMEPP, visa atender à Resolução no. 4.327 expedida pelo Banco Central do Brasil em 25 de abril de 2014 e deve guiar outros procedimentos e diretrizes correlatos. Entra em vigor a partir de 2 de janeiro de 2016. Se necessário, poderá sofrer ajustes antes do ciclo de revisão, de forma a refletir as mudanças relevantes na regulamentação aplicável, em nosso negócio e/ou no contexto em que operamos.

	POLÍTICA	POL RIS 001	
	CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	REV.1.5	PG 9/14

6.2.5.1 Gestão de Risco Sócioambiental

Como grande parte no nosso risco é indireto, precisamos compreender como nosso cliente aborda e trata o risco socioambiental dele este é elemento mais importante de nossa avaliação. As consequências decorrentes da gestão inapropriada de questões socioambientais podem ter um impacto direto em nossa reputação, nas operações de nossos clientes e na sua viabilidade econômica de longo prazo, e nas comunidades e ambiente em que tanto nós, como nossos clientes operamos.

Portanto, nossa política de mensuração de risco deve seguir regra:

1. Identificar setores/atividades que apresentam um maior risco socioambiental;
2. Identificar questões e localidades que apresentam um maior risco socioambiental;
3. Definir qual o grau de gerenciamento desses riscos do cliente;
4. Definir qual o grau indireto de risco da Valor Financiamentos.

Devemos criar um índice interno para acompanhar a incidência de ocorrências e definir eficiência desta abordagem.

Como forma de avaliar a qualidade dos processos da gestão do risco socioambiental dos clientes e fornecedores algumas práticas e a adoção de determinados princípios internacionalmente reconhecidos, devem ser encontrados como parte das ações internas, mas não devemos nos limitar aos aqui mencionados:

- ✓ Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas;
- ✓ Código de Ética e Conduta;
- ✓ Os Princípios Wolfsberg (combate à lavagem de dinheiro).

6.2.5.2 Abrangência da Política de Risco Socioambiental

O escopo da avaliação e gerenciamento de riscos é determinado por procedimentos específicos. Dessa forma, certas operações podem ser proibidas ou sujeitas a avaliação e aprovação adicionais da Diretoria.

6.2.5.2.1 Operações Proibidas

As operações descritas abaixo não serão financiadas pela Valor Financiamentos:

- ✓ Operações que requeiram o uso de trabalho forçado ou de mão-de-obra infantil;
- ✓ Operações que acarretem impactos negativos em locais declarados como Patrimônio Mundial da Humanidade;
- ✓ Operações envolvendo exploração ilegal de madeira;
- ✓ Operações envolvendo fogo não-controlado;
- ✓ Atividades relacionadas com a exploração sexual;
- ✓ Negócios ligados a jogos ilegais;
- ✓ Operações envolvendo a extração ou fabricação de produtos contendo amianto.

	POLÍTICA	POL RIS 001	
	CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	REV.1.5	PG 10/14

6.2.5.3 Avaliação do Risco Sócioambiental

O risco socioambiental será avaliado anualmente se forma segmentada conforme descrito abaixo:

- ✓ Segmento de atuação do cliente;
- ✓ Serviço financeiro a ser fornecido;
- ✓ Clientes/operações com plano de desenvolvimento em certas localidades consideradas sensíveis, que incluem, mas não são limitadas a:
 - Patrimônios Mundiais reconhecidos pela UNESCO
 - Reservas dentro do Programa Homem e Biosfera da UNESCO
 - Zonas Ramsar (Brasil)
 - Áreas legalmente protegidas
 - Habitats críticos
 - Outras áreas de alto valor cultural ou de biodiversidade

6.2.5.4 Sustentabilidade em nossas atividades

Eventuais impactos socioambientais da Valor Financiamentos originam-se de nossas atividades. Dessa forma, esforçamo-nos para administrá-las de maneira eficiente e sustentável a todo o momento, buscando oportunidades de melhoria de modo a encontrar soluções inovadoras aos desafios socioambientais. Nossas áreas-chave de foco são:

6.2.5.4.1 Gestão de fornecedores

Buscamos aplicar os princípios inerentes à responsabilidade socioambiental como um dos critérios na contratação e gestão do relacionamento com os seus provedores de serviços e produtos. Definimos novos padrões contratuais e gerenciais, para promover e incentivar junto aos provedores de serviços e produtos o respeito às normas e legislação em geral de natureza socioambiental, assim como aos valores de diversidade e inclusão. Estes padrões possibilitam, ainda, o encerramento da relação comercial em caso de falhas no atendimento de obrigações legais e contratuais. Os provedores de serviços e produtos, ao serem contratados, irão aderir formalmente ao nosso Código de Conduta para provedores de serviços e produtos.

6.2.5.4.2 Gestão dos recursos naturais e de resíduos

Buscamos implementar princípios em nossas instalações que incluem o uso racional de água e energia, a reciclagem de materiais reutilizáveis, e a gestão de resíduos de maneira ecologicamente consciente. Estes princípios são executados através da adoção de boas práticas, do uso de materiais apropriados, e estão alinhados com os requerimentos de confidencialidade. Simultaneamente, nós procuramos maneiras de reduzir os impactos ambientais através do uso de tecnologia para gerenciar as atividades de nossas instalações.

6.2.5.4.3 Funcionários e Serviços Terceirizados

Funcionários

	POLÍTICA	POL RIS 001	
	CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	REV.1.5	PG 11/14

Estamos comprometidos em promover um ambiente de trabalho que garanta a diversidade e a inclusão, livre de qualquer forma de discriminação, assédio, abuso ou intimidação. Há também uma constante preocupação com a segurança do trabalho e a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais.

Disponibilizamos treinamentos para capacitação dos nossos funcionários em temas relacionados à Diversidade, Direitos Humanos, Sustentabilidade, Compliance, Código de Conduta, dentre outros.

Serviços terceirizados

Utilizamos cláusulas contratuais pelas quais os provedores de serviços terceirizados declaram expressamente que cumprem com a legislação trabalhista, previdenciária e socioambiental com relação aos seus funcionários e área de atuação, respeitando e promovendo uma cultura de diversidade e inclusão no ambiente de trabalho. Tais valores são compatíveis com aqueles já consolidados em nossa história. Acreditamos, também, que por meio dessas boas práticas os provedores de serviços terceirizados darão exemplos de cidadania e governança corporativa, demonstrando compromisso com o respeito aos direitos humanos e engajamento amplo com a responsabilidade socioambiental.

7. Responsabilidades

Diretoria Geral

Definição dos critérios de gestão de riscos e controles internos.

Unidade de Crédito e Cobrança

Atuar como agente de controles internos nas unidades sob sua gestão e garantir o cumprimento das regras previstas nesta políticas e os procedimentos descritos nos manuais de instrução que a complementam.

Unidade de Suporte Comercial

Atuar como agente de controles internos nas unidades sob sua gestão e garantir o cumprimento das regras previstas nesta políticas e os procedimentos descritos nos manuais de instrução que a complementam.

Unidade de Processamento de Operações

Atuar como agente de controles internos nas unidades sob sua gestão e garantir o cumprimento das regras previstas nesta políticas e os procedimentos descritos nos manuais de instrução que a complementam.

Unidade de Conciliação e Controle

Atuar como agente de controles internos nas unidades sob sua gestão e garantir o cumprimento das regras previstas nesta políticas e os procedimentos descritos nos manuais de instrução que a complementam.

Unidade de Recursos Humanos

Atuar como agente de controles internos nas unidades sob sua gestão e garantir o cumprimento das regras previstas nesta políticas e os procedimentos descritos nos manuais de instrução que a complementam.

	POLÍTICA	POL RIS 001	
	CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	REV.1.5	PG 12/14

Unidade Jurídica

Atuar como agente de controles internos nas unidades sob sua gestão e garantir o cumprimento das regras previstas nesta política e os procedimentos descritos nos manuais de instrução que a complementam.

Unidade de TI

Atuar como agente de controles internos nas unidades sob sua gestão e garantir o cumprimento das regras previstas nesta política e os procedimentos descritos nos manuais de instrução que a complementam.

8. Manutenção deste Manual

É de responsabilidade da(s) unidade(s) nominadas no item 3 (três), manter esta política atualizada e em consonância com as diretrizes da Valor Financiamentos e dos órgãos reguladores a que se submete.



POLÍTICA

POL RIS 001

CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

REV.1.5

PG 13/13